

São José dos Campos, outono/2016.

Aluno: Leonardo Lima

PROPOSTA DE TRABALHO

Em cidades do interior do estado de São Paulo, o ensino infantil (a primeira etapa da educação básica) é, atualmente, atribuição exclusiva do governo municipal. Assim, essas cidades deveriam possuir critérios para a definição da localização de creches e escolas infantis de maneira a otimizar o acesso de pais e responsáveis a esses espaços. No entanto, os critérios para a localização de tais equipamentos parecem carecer de definições espaciais precisas, sugerindo que a decisão locacional é dada em função, quase que exclusivamente, da disponibilidade de imóveis pertencentes a prefeitura do município que posteriormente são convertidos em espaços para educação infantil.

O objetivo desse trabalho é, com o auxílio de modelos configuracionais urbanos, avaliar o perfil de renda das famílias com crianças aptas a utilizar esses equipamentos desde o ponto de vista do maior privilégio locacional frente a tais estabelecimentos. Por estabelecimentos de educação infantil entende-se aquelas escolas destinadas a educação de crianças de 0 a 6 anos. O estudo de caso será realizado com uma cidade localizada no interior do estado. Hoje, essa cidade conta com uma rede de estabelecimentos de educação infantil composta por 20 unidades de ensino infantil sendo 11 do tipo particular e 9 do tipo municipal. A discussão aqui proposta pretende verificar se aquelas pessoas que mais precisam do serviço de educação infantil e que possuem as menores rendas são, de fato, as mais privilegiadas espacialmente. Assim, a pesquisa está dividida em 3 cenários: o primeiro consiste em analisar o privilégio locacional das residências com crianças aptas a frequentar o ensino infantil frente a todos as instituições de ensino infantil da cidade. O segundo cenário considerará o privilégio locacional das residências com crianças aptas a frequentar o ensino infantil frente, apenas, aos estabelecimentos de educação infantil particular da cidade e; finalmente, o terceiro cenário analisará o privilégio locacional das residências com crianças aptas a frequentar o ensino infantil frente aos estabelecimentos de educação infantil geridos pelo município.

Em função da maior disponibilidade de dados, a metodologia proposta consiste em, inicialmente, montar uma rede espacial definida por trechos de ruas (Kruger, 1979; Batty, 2000) da zona urbana da cidade considerada. Na sequência, utilizando os dados do censo do IBGE (IBGE, 2016) são espacializadas nos vértices dessa rede as quantidades de crianças aptas a frequentar os estabelecimentos de ensino infantil e os diferentes perfis de renda dos moradores.

Finalmente, são alocados nos vértices da rede espacial urbana as localizações referentes a cada um dos estabelecimentos de ensino infantil da área urbana do município. A diferenciação espacial entre os vértices da rede com mais e menos privilégios frente a esses estabelecimentos será feita utilizando-se um modelo configuracional urbano conhecido como oportunidade espacial (Breheny, 1977; Krafta, 1996). Após a aplicação do modelo, define-se um intervalo estatístico com os resultados mais altos obtidos pela aplicação da rotina matemática e, então verifica-se com um histograma de frequência (pessoas x renda) o perfil de renda predominante em cada um dos vértices.

Com esses resultados é possível concluir se existe um perfil de renda padrão nas residências com maior privilégio locacional frente aos estabelecimentos de ensino infantil da cidade, aos estabelecimentos de ensino infantil público e estabelecimentos de ensino infantil privado.

Referências

BATTY, M.. **A New Theory of Space Syntax**. CASA Working Paper nº 75. Londres: CASA - Centre for Advanced Spatial Analysis. University College London, 2004. ISSN: 1467-1298.

BREHENY, M.. *The measurement of spatial opportunity in strategic planning*. **Regional Studies**, v. 12-4, p. 463-479. 1978. DOI: 10.1080/09595237800185401.

KRAFTA, R.. *Urban Convergence: Morphology and Attraction*. **Environment & Planning B**, v. 23, n. 1, 1996. p. 37-48. DOI:10.1068/b230037.

KRUGER, M.J.T.. *An Approach to Build-Form Connectivity at Urban Scale: Variations of Connectivity and Adjacency Measures Amongst Zones and other Related Topics*. **Environment & Planning B**, v. 6, p. 305-320. 1979.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Plataforma Cidades@**. Rev. 17/07/2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>>. Acessado em: 02/02/2016.



DIAGRAMA OMT-G

